

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007, pp. 93-103. (Todos os grifos são do autor; notas adicionais como glossário).

O Conceito da Liberdade é a chave da explicação da Autonomia da Vontade

A *vontade* é uma espécie de causalidade¹ dos seres vivos, enquanto racionais, e *liberdade* seria a propriedade desta causalidade, pela qual ela pode ser eficiente², independentemente de causas estranhas que a *determinem*; assim como *necessidade natural* é a propriedade da causalidade de todos os seres irracionais de serem determinados à atividade pela influência das causas estranhas.

A definição da liberdade que acabamos de propor é *negativa* e portanto infecunda³ para conhecer a sua essência; mas dela decorre um conceito *positivo* desta mesma liberdade que é tanto mais rico e fecundo. Como o conceito de uma causalidade traz consigo o de *leis* segundo as quais, por meio de uma coisa a que chamamos causa, tem de ser posta outra coisa que se chama efeito, assim a liberdade, se bem que não seja uma propriedade da vontade segundo leis naturais, não é por isso desprovida⁴ de lei, mas tem antes de ser uma causalidade segundo leis imutáveis, ainda que de uma espécie particular; pois de outro modo uma vontade livre seria um absurdo. [...]

Não basta que atribuamos liberdade à nossa vontade, seja por que razão for, se não tivermos também razão suficiente para a atribuirmos a todos os seres racionais. Pois como a moralidade nos serve de lei somente enquanto somos *seres racionais*, tem ela que valer também para todos os seres racionais; e como não pode derivar-se senão da propriedade da liberdade, tem que ser demonstrada a liberdade como propriedade da vontade de todos os seres racionais, e não basta verificá-la por certas supostas experiências da natureza humana (se bem que isto seja absolutamente impossível e só possa ser demonstrado *a priori*⁵), mas sim temos que demonstrá-la como pertencente à atividade de seres racionais em geral dotados de uma vontade. Digo, pois: Todo o ser que não pode agir senão *sob a ideia da liberdade*, é por isso mesmo, em sentido prático, verdadeiramente livre, quer dizer, para ele valem todas as leis que estão inseparavelmente ligadas à liberdade, exatamente como se a sua vontade fosse definida como livre em si mesma e de modo válido na filosofia teórica. Agora afirmo eu: A todo o ser racional que tem uma vontade temos que atribuir-lhe necessariamente também a ideia de liberdade, sob a qual ele unicamente pode agir. Pois num tal ser pensamos nós uma razão que é prática, quer dizer, que possui causalidade em relação aos seus objetos. Ora é impossível pensar uma razão que com a sua própria consciência recebesse de qualquer outra parte uma direção a respeito dos seus juízos, pois que então o sujeito atribuiria a determinação da faculdade de julgar, não à sua razão, mas a um impulso. Ela tem de considerar-se a si mesma como livre; isto é, a vontade desse ser só pode ser uma vontade própria sob a ideia da liberdade, e, portanto, é preciso atribuir, em sentido prático, uma tal vontade a todos os seres racionais. [...]

Parece, pois, que na ideia da liberdade pressupusemos⁶ apenas propriamente a lei moral, isto é o próprio princípio da autonomia⁷ da vontade, sem podermos demonstrar por si mesma a sua realidade e necessidade objetiva [...].

Mas ainda nos resta uma saída, que é procurar se, quando nós nos pensamos, pela liberdade, como causas eficientes⁸ *a priori*, não adotamos outro ponto de vista do que quando nos representamos⁹ a nós mesmos, segundo as nossas ações, como efeitos que vemos diante dos nossos olhos.

¹ Causalidade: relação de causa e efeito entre dois processos, dois fenômenos.

² Eficiente: que é capaz de produzir um efeito real, seu efeito específico.

³ Infecundo: que tende a não produzir; infértil; infrutífero.

⁴ Desprovido: que não tem algo ou tem carência de algo.

⁵ *A priori*: modo de afirmar algo sem recorrer à experiência sensível; anterior a qualquer situação específica.

⁶ Pressupor: supor previamente, presumir; dar a entender.

⁷ Autonomia: capacidade de se autorregular ou autodeterminar, livre de influências externas ou sensíveis.

⁸ Causa eficiente: tradicionalmente, é aquilo tido como a origem de algo, como possibilitadora de um objeto.

⁹ Representar: retratar um objeto ou uma/a realidade, podendo ou não sofrer influência de quem 'retrata'.

[...] Logo que se tenha feito esta distinção (em todo o caso por meio da diferença notada entre as representações que nos são dadas de fora e nas quais nós somos passivos¹⁰, e as que nós produzimos unicamente de nós mesmos e nas quais demonstramos a nossa atividade), segue-se por si que por trás dos fenômenos há que admitir e conceder ainda outra coisa que não é fenômeno, quer dizer as coisas em si, ainda quando, uma vez que elas nunca nos podem ser conhecidas senão apenas e sempre como nos afetam, nos conformamos com não podermos aproximar-nos bastante delas e nunca podermos saber o que elas são em si. Daqui tem de resultar a distinção, embora grosseira, entre um *mundo sensível* e um *mundo inteligível*¹¹, o primeiro dos quais pode variar muito segundo a diferença de sensibilidade dos diversos espectadores, enquanto o segundo, que lhe serve de base, permanece sempre idêntico. [...]

Por tudo isto é que um ser racional deve considerar-se a si mesmo, [*enquanto*] *inteligência* (portanto não pelo lado das suas forças inferiores), não como pertencendo ao mundo sensível, mas como pertencendo ao mundo inteligível; tem por conseguinte dois pontos de vista dos quais pode considerar-se a si mesmo e reconhecer leis do uso das suas forças, e portanto de todas as suas ações: o *primeiro*, enquanto pertence ao mundo sensível, sob leis naturais (heteronomia¹²); o *segundo*, como pertencente ao mundo inteligível, sob leis que, independentes da natureza, não são empíricas¹³, mas fundadas somente na razão.

Como ser racional e, portanto, pertencente ao mundo inteligível, o homem não pode pensar nunca a causalidade da sua própria vontade senão sob a ideia da liberdade, pois que independência das causas determinantes do mundo sensível (independência que a razão tem sempre de atribuir-se) é liberdade. Ora à ideia da liberdade está inseparavelmente ligado o conceito de *autonomia*, e a este o princípio universal¹⁴ da moralidade¹⁵, o qual [idealmente] está na base de todas as ações de seres *racionais* como a lei natural está na base de todos os fenômenos. [...]

[...] Pois agora vemos que, quando nos pensamos livres, nos transpomos para o mundo inteligível como seus membros e reconhecemos a autonomia da vontade juntamente com a sua consequência - a moralidade; mas quando nos pensamos como obrigados, consideramo-nos como pertencentes ao mundo sensível e contudo ao mesmo tempo também ao mundo inteligível.

RESUMO ORIENTATIVO: Kant associa a “vontade” à “causalidade” própria dos seres racionais, e diz que liberdade significa poder mudar, sem as restrições ou determinações do mundo natural, o curso dessa cadeia causal. Já a “necessidade natural” é própria da causalidade de seres irracionais. A liberdade, assim como a natureza, também envolve leis, mas estas são ‘leis morais’, não ‘naturais’. Isto significa, segundo o autor, que a liberdade tenha de ser validada racionalmente para todo ser racional, já que não pode depender da causalidade natural que existe de fato.

¹⁰ Passivo: que sofre ou é objeto de ação; carente de liberdade ou livre-arbítrio.

¹¹ Inteligível: o que é compreensível; que só pode ser apreendido pelo intelecto e não pelos sentidos.

¹² Heteronomia: sujeição da vontade a leis ou outras determinações que não as da consciência livre e autônoma.

¹³ Empírico: aquilo que deriva da experiência (sensível); relativo ao empirismo.

¹⁴ Universal: ideia geral ou conceito aplicável a vários indivíduos ou casos.

¹⁵ Moralidade: qualidade do que é moral; conjunto de princípios morais, individuais ou coletivos, como a virtude, o bem etc.; comportamento.